

NOVOS PÚBLICOS, NOVAS POLÍTICAS, NOVAS HISTÓRIAS: DO REDUCIONISMO ECONÔMICO AO REDUCIONISMO CULTURAL: EM BUSCA DA DIALÉTICA¹

Emilia Viotti da Costa

Esta época é uma época de caos, as opiniões são uma mistura; os partidos são uma confusão; a linguagem das novas idéias não foi criada; nada é mais difícil do que dar uma boa definição de si mesmo em religião, em filosofia, em política... O mundo embaralhou seu catálogo.
(Alphonse Marie Louis de Prat de Lamartine, 1790-1869)²

“Em maio de 68 nós refizemos o mundo. Em Maio de 86 nós refizemos a cozinha.” Esta legenda, que apareceu numa propaganda publicada no jornal francês *Le Monde*, paga por uma empresa que vende cozinhas modernas, sugere uma mudança nas atitudes das pessoas dos anos 60 para os anos 80: de um período de militância política para a geração *yuppie*. É verdade que se poderia questionar o radicalismo de Maio de 68 e duvidar se ele realmente ocorreu para refazer o mundo – embora não exista dúvida de que esta era a intenção de muitos dos milhares de jovens, e não tão jovens, que se reuniram nas ruas de Paris e de outras cidades do mundo ocidental. Poderíamos também duvidar que a nova geração seja fundamentalmente consumista, individualista e conservadora. A propaganda provavelmente expressa as esperanças dos empresários, não as atitudes dos consumidores. Mas esta propaganda, que foi mais tarde reproduzida na capa de um número do *Radical History Review*, devotado ao estudo do impacto de novas formas de consumismo na cultura e política contemporâneas, é uma boa metáfora para caracterizar o estado de espírito de muitos historiadores e militantes quando confrontam as novas tendências tanto nas histórias que vivemos como nas histórias que escrevemos.³

Temos apenas que olhar alguns dos artigos publicados em anos recentes sobre acontecimentos contemporâneos para detectar um tom de

Emilia Viotti da Costa é

siècle que atingiu a geração de Alfred de Musset (1810-1852), a qual viu as esperanças iniciais da Revolução Francesa ruírem temporariamente durante a Restauração. Ainda mais reveladoras são algumas das críticas de livros e ensaios que discutem novas tendências historiográficas. Preocupados com as novas tendências que desviaram os estudos históricos dos caminhos tradicionais, ampliando as fronteiras da pesquisa histórica para áreas nunca antes exploradas e levantando dúvidas sobre abordagens, métodos e interpretações até então vigentes (tendências que frequentemente vêm junto com novos objetivos e estratégias políticas), alguns historiadores reagiram como se essas tendências representassem uma ruptura perigosa com o passado e uma ameaça ao futuro.

O campo está polarizado. De um lado estão aqueles que vêem as novas tendências com suspeita e reserva e que, não dispostos a estabelecer um diálogo com o novo, continuam a escrever a história como se eles ainda vivessem nos anos 60. Do outro lado estão aqueles que perseguem de modo não crítico o trabalho de demolição das abordagens tradicionais, adotando novos modos simplesmente porque eles são novos, sem examinar suas limitações e implicações. Ambas as posições são errôneas. A primeira porque se recusa a incorporar em nível teórico as transformações extraordinárias que ocorreram nos últimos trinta anos, teimosamente insistindo em esquemas teóricos que não servem mais para o mundo à volta deles. Não surpreendentemente, os que adotam esta posição perderam a capacidade de recrutar seguidores no seio das novas gerações. A segunda é errônea, porque, em sua busca de originalidade, e em sua sedução por novas modas, simplesmente inverte as assunções da historiografia dos anos 60, em vez de integrá-las numa síntese nova e mais rica. Portanto, apesar de todos os seus anseios por novidade, corre o risco de recriar um tipo de história ainda mais tradicional do que a que está sendo repudiada, e – o que é pior –, na sua ânsia de busca de novos temas, a “nova historiografia” deixa de lado aspectos que são cruciais para a compreensão da sociedade e da história. Os leitores desta nova história frequentemente não dispõem de meios para se situarem em relação ao passado e ao presente, sendo, portanto, incapazes de construir o futuro. Na melhor das hipóteses, esta atitude converte a história num mero exercício de retórica que visa a entreter o leitor. Na pior das hipóteses, a transforma num exercício acadêmico que, apesar das intenções de seus autores, serve a propósitos fundamentalmente conservadores.

Neste campo assim polarizado, é extremamente importante que paremos para pensar sobre essas tendências contraditórias, não com o pro-

radas pela própria história, ou para celebrar sem criticar as novas abordagens, mas para abrir novos caminhos para uma síntese muito necessária.⁴

Para compreender a ruptura epistemológica que ocorreu nos últimos trinta anos, temos que colocar no seu contexto histórico as mudanças que afetaram tanto a sociedade como as condições de produção intelectual. Sinais de tensão podiam ser detectados a partir dos anos 50. O trabalho de Jean-Paul Sartre, particularmente sua *Crítica da razão dialética*, e também o de seu adversário, Merleau Ponty, especialmente *Humanismo e terror* e *As aventuras da dialética*, já continham as perplexidades e dúvidas que levaram ao impasse teórico que confrontamos hoje em dia. Num ensaio publicado nos anos 60, Merleau Ponty observou que a dialética tinha sua própria história. Ele chamou a atenção à tensão entre liberdade e necessidade no seio da dialética, e observou que, dependendo da práxis social, os historiadores eram conduzidos a enfatizar tanto forças históricas impessoais e “objetivas” como o papel do sujeito histórico e, portanto, da subjetividade, vontade e liberdade.

Na verdade, quando examinamos as mudanças que ocorreram na historiografia nos últimos trinta anos, observamos um desvio gradual da necessidade para a liberdade. De uma ênfase no que foi uma vez definido como forças históricas “objetivas” a uma ênfase na subjetividade, criatividade e ação do ator histórico. De uma preocupação com condições materiais da existência a uma preocupação com percepções, símbolos, significados e rituais. Do que nos anos 60 era caracterizado como infra-estrutura a uma preocupação com o que era então conceitualizado como superestrutura. O que iniciou como uma crítica saudável e necessária das interpretações mecanicistas, do determinismo econômico e do estruturalismo (como na crítica de Althusser de E.P. Thompson, por exemplo), e da separação artificial entre infra e superestrutura (uma separação habilmente criticada por Raymond Williams em *Marxismo e literatura*) terminou, contrariamente às intenções originais dos autores, numa inversão completa. Cultura, política, linguagem e significado, em vez de serem constituídos (determinados), se tornaram constituintes (determinantes). A consciência era novamente vista como determinadora do ser social, em vez do contrário – conforme postulado pela historiografia dos anos 60 (deixando de lado, naturalmente, a historiografia conservadora, que sempre afirmou a natureza transcendental da consciência).

A crítica válida das noções essencialistas de classe e das relações mecânicas entre classe e consciência de classe (tão bem problematizadas em *A ideologia do poder e o poder da ideologia*)⁵ e os novos cami-

lação de múltiplas e freqüentemente contraditórias identidades (étnica, religiosa, de classe, de gênero, de nacionalidade, e assim por diante) muitas vezes levaram ao descaso total do conceito de classe como uma categoria interpretativa. O que começou como um reconhecimento de que os historiadores constroem seus próprios objetos e uma crítica do objetivismo característico de uma leitura positivista do marxismo, a qual erroneamente assumia uma separação total entre sujeito e objeto, declarando a natureza científica do conhecimento histórico, conduziu freqüentemente a um subjetivismo completo, à negação da possibilidade do conhecimento, e, algumas vezes, até ao questionamento das fronteiras entre história e ficção, “fato e fantasia”. (Por exemplo, a ênfase de Hayden White na “natureza fictiva da narrativa histórica”.⁶)

Tanto as abordagens tradicionais como as novas são eminentemente anti-dialéticas. Elas não apenas estabelecem uma separação artificial (oposição) entre objetividade e subjetividade (ou liberdade e necessidade), esquecendo que uma está implicada na outra, mas elas também ignoram um princípio dialético básico: o de que homens e mulheres fazem a história, mas não sob condições de sua própria escolha.

O resultado do desvio de uma posição teórica para a outra foi uma inversão: nós simplesmente passamos de um reducionismo para outro, do reducionismo econômico para o cultural ou lingüístico. A uma reificação nós opomos outra. Ambas são igualmente insatisfatórias. Nenhuma abordagem faz justiça à complexidade da dialética e da teoria da práxis humana. No entanto, graças a tal inversão, pode ser possível hoje tentarmos uma nova síntese.⁷

A demolição das abordagens tradicionais provocou várias baixas. Uma foi a noção de processo histórico. Insatisfeitos, e com boas razões, com uma história telológica que via cada momento histórico como um estágio necessário num processo histórico linear que automaticamente conduzia a um fim já conhecido, um grande número de historiadores chegou ao ponto de negar que a história tivesse qualquer lógica própria. Eles também desistiram de qualquer tentativa de totalização. Isto levou ao descrédito de todos os modelos teóricos, independente de serem originários das teorias da modernização, dependência, sistema de mundo, ou modos de produção. Como consequência, os debates teóricos, que no passado muitas vezes não tinham base teórica e corriam o risco de se tornarem escolásticos e estereis, foram adiados, se não completamente abandonados. O empirismo tornou-se moda novamente, não como um momento necessário à elaboração de qualquer teoria, mas como um fim em

si mesmo, como se a história pudesse de algum modo revelar-se a qualquer pessoa que se debruçasse sobre documentos. De uma abordagem não-dialética, dedutiva, que demonstrava mais do que investigava e que parecia saber o que iria encontrar mesmo antes de começar a procurar, passamos a uma abordagem indutiva que nunca alcança níveis teóricos. Em vez de semelhanças, os historiadores enfatizam diferenças, em vez de regularidades, eles privilegiam o imprevisível, o acidental, o inesperado, o irracional, o espontâneo.

O “quadro histórico” e a “história da vida cotidiana”, que ficaram famosos na França nos anos 50 e foram desde então enterrados, foram ressuscitados com uma nova e mais refinada aparência retórica. Também o foram teorias de caráter nacional, que todos acreditavam terem sido abandonadas com a derrota do nazismo em 1945, mas que agora reaparecem sob o disfarce de “cultura” ou “etnicidade”. Simultaneamente, a memória muitas vezes tomou o lugar da história. Um crescente número de historiadores pareciam mais interessados em coletar testemunhos de pessoas, recolhendo suas memórias, do que em escrever sua história. Esta tendência se tornou tão importante que, em dezembro de 1997, o *American Historical Review* dedicou uma de suas seções “fórum” à história e memória. Na introdução, o editor salientou que “a memória coletiva se tornou uma forma atraente de análise histórica”. Seguindo os passos do historiador francês Pierre Nora, os adeptos do que logo se tornou um gênero dominante criaram revistas, promoveram encontros internacionais, e, não surpreendentemente, recrutaram cada vez mais seguidores. Embora a maioria dos historiadores continue a utilizar testemunhos orais como um subsídio ao material de arquivo, alguns começaram a confiar cada vez mais exclusivamente nas entrevistas. A memória toma o lugar da história, a história oral substitui a pesquisa de arquivo. Este gênero se tornou especialmente bem-sucedido entre grupos envolvidos em fazer ouvida a voz dos sem-voz, na arena pública.⁸ Mas frequentemente, conforme coloca Steven Watts, “ansiosos para difundir a ‘participação’ discursiva em todos os grupos culturais excluídos, os esquerdistas linguísticos falharam no desafio às estruturas sócio-econômicas, políticas, e culturais subjacentes, que excluíram esses grupos desde o início e que sustentaram a ilusão de ‘escolha’”.⁹

Por ter a historiografia tradicional negligenciado a subjetividade dos agentes históricos (transformando-a num epifenômeno, vendo as pessoas como “portadoras” de forças históricas em vez de agentes históricos), a nova historiografia escolheu colocar seu foco no “agenciamento humano” e escrever a história sob o ponto de vista daqueles que foram si-

lenciados ou esquecidos. O número de praticantes da história oral cresceu, assim como o número de estudos baseados exclusivamente em testemunhos e entrevistas – como se estas contivessem toda a história, ou como se a história não passasse de uma confusão de subjetividades e vozes, uma espécie de Torre de Babel. Os extremistas clamavam que a única solução era cada um contar a sua própria versão da história. Os historiadores se limitariam a registrar as muitas versões, e talvez acrescentariam a sua própria versão. Havia no entanto um risco nesta abordagem, que alguns estudiosos rapidamente detectaram. Os relatos de testemunhas sempre são parciais, não se pode captar processos históricos pela escuta de um lado. E mesmo após ter escutado muitos testemunhos contraditórios, os historiadores têm que submetê-los à crítica histórica. Senão eles perderão a história que está por trás das palavras.

Sob a influência de Foucault, a atenção dos historiadores passou das estruturas globais de dominação, os processos de acumulação de capital, o Estado, e as relações entre as classes sociais, todos enfim que estiveram no centro da historiografia tradicional, para a microfísica do poder. Isto levou a uma extraordinária expansão das fronteiras da história: criminalidade, prostituição, homossexualidade, bruxaria, carnaval, cheiros, procissões, rituais, o teatro e os rituais de poder, mitos e lendas, cartografia e outras formas de representações (todas haviam interessado os historiadores apenas marginalmente no passado), absorveram as energias da nova geração de historiadores. Mas apenas raramente eles tentaram estabelecer uma conexão entre a macro e a microfísica do poder. Em algumas raras e notáveis exceções,¹⁰ estes dois tipos de abordagem se aproximaram. No mais das vezes, elas correram paralelas uma à outra, como modos alternativos de ver a história. O resultado foi que, apesar da expansão extraordinária do campo da história e de nossa compreensão da multiplicidade e variedade da experiência humana, a macrofísica do poder permaneceu na sombra. Embora este método de análise, derivado de uma leitura simplista de Foucault, realmente tenha ajudado a identificar os muitos lugares onde o poder era exercido – e esta foi uma contribuição positiva a nosso conhecimento do passado – ele se recusava a explicar como e por que o poder é constituído, reproduzido e transformado. Contrariamente à intenção original de Foucault, as microhistórias permaneceram com frequência como peças coloridas de um caleidoscópio quebrado, nunca se juntando para produzir um desenho, meros fragmentos de experiência sem significado.

As estratégias políticas, que no passado se baseavam na crítica do Estado e das estruturas econômicas e sociais, não foram validadas pela

nova historiografia. Outras estratégias encontraram justificação na nova história que celebra a espontaneidade, a resistência diária, as “armas dos fracos”, e que prega a subversão da linguagem. Mas estas tendências que podem significar emancipação, podem facilmente levar a um beco sem saída, uma vez que é difícil tomar posição perante uma história que é arbitrária, caótica, e sem significado ou direção.

Nenhuma das tendências mencionadas aqui contribuiu tanto para a inversão da dialética como a ênfase no discurso, seja este o dos oprimidos ou o dos opressores, o dos reformistas ou o dos conservadores – uma tendência que um autor definiu como “lingüicismo vulgar”. Conforme Bryan Palmer salienta, em *Mergulho no discurso*,¹¹ muitos autores que adotaram esta abordagem importaram uma terminologia que serve apenas para enfeitar seus textos históricos, os quais de outro modo continuam a seguir métodos muito convencionais. Discurso, linguagem, simbólico, desconstrução, tornaram-se expressões comuns no jargão do historiador, embora freqüentemente apenas como parte do seu vocabulário, e não como parte de sua teoria. A próxima etapa, no entanto, foi a reificação da linguagem. Esta tendência aparece claramente em estudos importantes sobre a classe trabalhadora.¹² Gareth Stedman-Jones, por exemplo, em *Linguagens de classe*,¹³ após ter afirmado que não há realidade social fora ou antes da linguagem, conclui que a classe é construída e inscrita numa retórica complexa de associações metafóricas, inferências causais e construções imaginárias – algo que é sempre bom lembrar, mas que por si só não é suficiente para compreender a experiência de classe (conforme Neville Kirk observou na sua fina análise crítica da literatura sobre o Chartismo).¹⁴ Criticando Stedman-Jones por não ter levado sua metodologia às últimas conseqüências, Joan Scott em “*Sobre linguagem, gênero e história da classe trabalhadora*”,¹⁵ propôs um método que mostraria como “idéias tais como classe tornam-se, através da linguagem, realidades sociais”. Isto é uma completa inversão da metodologia tradicional. Neste caso, a linguagem determina as relações sociais, em vez de ocorrer o contrário.¹⁶ Neste texto, Scott parece priorizar o conceito de classe sobre a experiência de classe, quando ela afirma que “conceitos como classe são necessários antes que os indivíduos possam identificar-se como membros de tal grupo, antes que eles possam agir coletivamente como tais”.¹⁷

A análise do discurso é, naturalmente, fundamental para o trabalho do historiador. Na verdade seria justo dizer que não há pesquisa histórica que não comece com uma análise do discurso. Mas reconhecer este fato não é o mesmo que dizer que a análise do discurso é suficiente para

a compreensão da história. E certamente isto não significa, como algumas pessoas gostariam de acreditar, que as únicas coisas que existem são textos e mais textos, ou que o trabalho do historiador, como o do crítico literário, não passe de uma infinita desconstrução.

Terry Eagleton, descrevendo os eventos de 68 e as emergências do pós-estruturalismo, comentou ironicamente que, incapaz de subverter o poder do Estado, a geração de 68 subverteu a linguagem. Numa análise crítica do livro de Furet sobre a Revolução Francesa, Lynn Hunt observou, em 1981, que a história da Grande Revolução, a qual durante muito tempo tinha estado associada à violência, fome e conflito de classes, tinha sido transformada num "evento semiológico". Furet tinha inventado uma nova metafísica na qual a linguagem cria relações humanas.¹⁸

A nova historiografia também mostrou uma crescente preocupação com problemas epistemológicos, isto é, com o discurso do historiador. Esta tendência não é nova. Numa palestra proferida em 1966, no John Hopkins, Jacques Derrida observou que precisamos interpretar a interpretação, mais do que interpretar as coisas propriamente ditas. Seu apelo encontraria muitos seguidores que estavam mais preocupados com a discussão dos limites da consciência histórica do que com a história em si. As categorias utilizadas pelos historiadores em suas interpretações do passado foram colocadas em questionamento, conduzindo à especulação obsessiva sobre a validade de se aplicar nossas próprias categorias a outras culturas, e a outras épocas e lugares. Podemos aplicar categorias originárias da experiência europeia ao "Oriente"? Pode o colonizador falar pelo colonizado? Podemos escrever a história dos oprimidos ou eles deveriam falar por si mesmos? Podem os subalternos falar?¹⁹ Podem as teorias sobre divisão sexual do trabalho, que utilizamos para estudar as áreas centrais do capitalismo, ser aplicadas à periferia?²⁰ Dúvidas aparecem e se multiplicam. Mais e mais, falamos sobre o que os historiadores podem ou não podem fazer, em vez de falar sobre história. Aqui também, o que começou como uma reflexão saudável sobre as distorções que os preconceitos dos historiadores impõem à escrita da história, e uma crítica do ponto de vista "eurocêntrico" ou "centrado no Ocidente", pode facilmente transformar-se numa perversamente alegre negação da possibilidade do conhecimento histórico. Estamos longe das muitas certezas que caracterizaram os anos 60. Isto pode ser bom, mas também pode ser ruim, especialmente se nós nos tornarmos muito certos de nossas incertezas.

Que a historiografia surgida de uma leitura positivista dos clássicos da dialética deixou muito a desejar é algo que foi reconhecido há muito tempo, embora o espancamento de cavalos mortos continue sen-

do um dos nossos esportes favoritos. Na verdade, muito do que aparece hoje sob a etiqueta de pós-moderno ou pós-estruturalista encontrou suas raízes no trabalho de um filósofo francês que teve um grande impacto nos anos 60, mas foi depois legado ao ostracismo, provavelmente devido a suas conexões políticas. Qualquer pessoa que se desse ao trabalho hoje de ler as primeiras duzentas páginas da *Crítica da razão dialética* de Sartre²¹ (a seção intitulada “A questão do método”), encontrará uma crítica inteligente da historiografia marxista conforme ela foi escrita pelos contemporâneos de Sartre. Sartre criticou intelectuais que acreditavam estar servindo seu partido ao simplificar os dados, negligenciando detalhes, e conceitualizando o acontecimento antes de tê-lo estudado. Ele os acusou de ter transformado o que deveria ser um método de pesquisa numa nova metafísica. Tecendo comentários sobre *A luta de classes na Primeira República*, de Daniel Guérin, Sartre disse que “Este método é *a priori*. O autor não constrói seus conceitos a partir da experiência que ele deseja decifrar. Ele conhece a verdade antes mesmo de ter iniciado. Seu único objetivo é encaixar os acontecimentos, as pessoas e suas ações em moldes pré-fabricados”.²² Sartre também criticou a redução do político ao social, e da ideologia aos interesses de classe. Ele condenou os historiadores por não serem capazes de integrar em suas histórias a perspectiva dos agentes históricos, e por desumanizarem a história. Sartre também desafiou aqueles que estabeleceram uma relação mecanicista entre os indivíduos e as classes sociais, entre classe social e consciência, e entre práxis imaginária e real. Ele insistiu na importância das mediações e condenou a natureza teleológica das explicações históricas. Sartre também criticou as abordagens essencialistas, funcionalistas e estáticas que ignoraram o significado das contradições e a importância do processo histórico. Sua amiga e companheira, Simone de Beauvoir, foi também uma pioneira. Ela levantou a bandeira do novo feminismo.²³ Foi uma das primeiras a mostrar como o poder está implicado na construção do outro.²⁴ Portanto, já nos anos 50 e 60 se poderia detectar as perplexidades, os conflitos e as tendências que vieram a dominar a nova historiografia. Mas a nova geração de historiadores não seguiu Sartre.²⁵ Seu trabalho está mais próximo de Foucault, Derrida e dos novos filósofos franceses.²⁶ Isto os conduz a uma confrontação e a uma ruptura com as tradições historiográficas da era de Sartre.

É talvez no campo da história do trabalho que o conflito entre o novo e o antigo é mais visível. Enquanto que no passado os historiadores se concentravam nos conflitos entre capital e trabalho e na microfísica do poder, e estavam preocupados com as estruturas econômicas e com o papel

do Estado e dos líderes sindicais e partidos políticos na formação da classe trabalhadora, a nova historiografia se voltou para o estudo de rituais, linguagem, família, lazer e resistência diária. Enquanto que no passado os historiadores perguntavam qual impacto a mudança industrial e o Estado tiveram no movimento trabalhador, a nova história inverteu a questão e perguntou que impacto teve o movimento trabalhador na economia e na formação do Estado. Enquanto que a historiografia tradicional estava preocupada com “a classe trabalhadora”, que era considerada a classe revolucionária, a nova historiografia problematizou e historicizou noções de classe e de consciência de classe, questionando a visão essencialista da classe trabalhadora, característica da historiografia tradicional. A nova historiografia também levantou dúvidas sobre a alegada solidariedade “natural” da classe trabalhadora, e expôs os conflitos internos que emanaram das muitas e por vezes competitivas identidades – nacional, religiosa, étnica, sexual, e assim por diante –, corroendo a solidariedade da classe trabalhadora. Simultaneamente, a nova historiografia repudiou as abordagens teleológicas que no passado consideraram que a história ia inevitavelmente em direção do socialismo e que cada momento histórico era uma nova etapa nesta direção. O foco da atenção se moveu do movimento trabalhador para os trabalhadores, da fábrica para o lar, do homem trabalhador para a mulher trabalhadora, do trabalhador individual para sua família, e do trabalho para o lazer e cultura.

A nova historiografia do trabalho reexaminou as relações entre liderança e as raízes, entre os sindicatos e os governos. Ela desafiou aqueles que acreditavam numa conexão automática entre as formas de consciência e os tipos de atividades nas quais os trabalhadores estiveram envolvidos, e repudiou os conceitos de hegemonia e falsa consciência frequentemente empregados pela historiografia tradicional. Neste processo de revisão, historiadores também incorporaram em sua análise os trabalhadores urbanos não-industriais, que tinham pouco chamado sua atenção no passado. Como consequência de todo este revisionismo, houve uma grande expansão das fronteiras da historiografia do trabalho, a qual veio a incluir movimentos sociais, mulheres e trabalhadores do setor terciário. Aqui, mais uma vez, trata-se de um movimento positivo. Mas, se for levado ao extremo, pode ter consequências negativas, pois faz com que as pessoas percam a visão das forças históricas fundamentais, que afetam não apenas a vida dos trabalhadores, mas também nossas próprias vidas.

As novas tendências na historiografia do trabalho propiciaram grandes debates e algumas reações negativas, particularmente por estarem diretamente ligadas a questões políticas contemporâneas. Isto torna-se

óbvio, por exemplo, no ensaio de 1987 de Michael Schneider, "In Search of a 'New Historical Subject': The End of Working-Class Culture, the Labor Movement, and Proletariat",²⁷ no qual ele mostra a conexão direta entre a nova historiografia e as tendências políticas na Alemanha do pós-guerra, tendências que levaram alguns autores a afirmar que as formas tradicionais de consciência proletária não podem emergir na época atual, e até a prever o fim do proletariado e do movimento trabalhista, e a emergência em seu lugar de movimentos sociais, tais como movimentos pela paz, movimentos ecológicos, movimentos feministas e assim por diante. Confrontando este desafio, outros olham com nostalgia para um passado que eles descrevem como uma época onde a cultura da classe trabalhadora era integradora e radical, e culpam as estratégias da Democracia Social por sua desapareção. Schneider argumenta que os sucessos da Democracia Social e dos sindicatos no seio do sistema democrático liberal, e a economia de mercado na Alemanha realmente melhoraram as condições dos trabalhadores,²⁸ conduzindo a uma erosão da consciência de classe. O declínio numérico da classe trabalhadora e as dificuldades para se criar uma "consciência de classe" levaram a uma redefinição das estratégias políticas, e, simultaneamente, à busca de novos paradigmas historiográficos, focados no estudo das políticas das vidas cotidianas de "pessoas ordinárias". Analisando as consequências dessas novas práticas políticas e historiográficas, Schneider observa que a solidariedade entre pequenos grupos de trabalhadores, ou os moradores de uma vizinhança, pode, de fato, criar ilhas alternativas de cultura e reforma social, mas não pode substituir um programa político mais inclusivo. Na sua opinião, os projetos que visam explorar o potencial político nas vidas de pessoas ordinárias, e que enfatizam apenas os aspectos negativos de organizações político-partidárias e de classe mais inclusivas, podem conduzir a um beco sem saída. Após indicar falhas metodológicas nesta nova historiografia, Schneider conclui que muitos dos estudos regionais e locais, que seguem as novas tendências, não oferecem nada mais do que uma compilação não-crítica de detalhes, cuja relevância nunca é questionada. Eles permanecem como um cemitério de fontes, um museu de curiosidades. Há também o perigo, ele afirma, de que os historiadores que cultivam este tipo de história tornem-se, eles mesmos, incapazes de avaliar de maneira crítica sua própria situação, e sua própria vulnerabilidade.

O que Schneider talvez não veja, é que o que hoje lhe parece tão derivativo pode ser um momento necessário para corrigir distorções e insuficiências da historiografia do passado, e que isto poderia conduzir

à produção de uma nova e mais rica síntese e de uma nova e mais efetiva prática política.²⁹

Para que esta síntese ocorra, no entanto, precisamos prestar atenção a ambos os lados, e submetê-los a uma séria crítica. A necessidade de tal crítica parece ainda mais importante na periferia, onde as modas intelectuais, em vez de serem um resultado de uma reflexão sobre condições internas, são freqüentemente importadas de lugares onde a realidade é profundamente diversa. Quando escuto Michelle Perrot, a famosa feminista francesa e historiadora do trabalho, dizer que a sociedade pós-moderna é “uma sociedade na qual as possibilidades de expressividade individual se multiplicaram na realidade”, e que “o impacto dos modelos políticos e culturais dominantes sobre as pessoas tem sido exagerado, que as pessoas ainda possuem suas vidas privadas, suas faculdades críticas, as quais são cada vez mais importantes porque as pessoas estão cada vez mais educadas”, eu paro e penso se esta realidade se aplica à América Latina. Mas quando ela continua, dizendo que: “Afim, a sociedade pós-moderna é uma sociedade na qual classe tem um significado diferente e na qual as pessoas têm um respeito maior umas pelas outras”, eu me pergunto, em que mundo ela tem vivido?³⁰ Certamente não no mundo que eu conheço. Racismo, tortura, massacres de líderes políticos, esquadrões da morte, problemas de sobrevivência que afetam a vida diária de homens e mulheres na periferia, de Moçambique até El Salvador e Guatemala, os seis milhões de crianças abandonadas no Brasil, os problemas das cidades internas nos Estados Unidos – este tipo de coisas não parece ter entrado no universo de Michelle Perrot, ou de muitos outros intelectuais de nações desenvolvidas. Visto da periferia, o narcisismo celebratório e as formas de militância desta nova vanguarda, que ignora o que acontece em suas ex-colônias, e algumas vezes o que acontece em seu próprio território, parece suspeito e me leva a levantar questões sobre a validade de se aplicar categorias analíticas originárias de uma experiência tão diversa, para outras partes do mundo, e talvez até mesmo para nós.

As novas tendências da historiografia americana e europeia nasceram de situações concretas. Algumas são similares às que encontramos no assim chamado Terceiro Mundo, outras não. Elas estão, em parte, ligadas à crise do sistema soviético e de uma certa leitura do marxismo durante o período pós-guerra, e às críticas que se seguiram das formas de organização e das estratégias seguidas pelos partidos políticos associados à União Soviética. Na periferia, este processo se acelerou pela repressão política induzida pela Guerra Fria. O fracasso dos assim cha-

mados regimes socialistas na África e os acontecimentos na China geraram dúvidas e perplexidades entre a esquerda acadêmica. Durante os últimos quarenta anos, a polarização Ocidente-Oriente e a intensa propaganda em ambos os lados tornaram difícil uma avaliação crítica dos acontecimentos contemporâneos e históricos. Foi neste contexto que as novas gerações procuraram novas formas de ação política, e a historiografia buscou novos caminhos. Mas este é apenas um lado da história. O outro é muito mais difícil de ser analisado e tem a ver com a crescente internacionalização da economia; a industrialização das periferias; o processo de desindustrialização no centro; a adoção de novas tecnologias e o encolhimento e natureza mutante do proletariado nas áreas centrais do mundo capitalista (embora não necessariamente na periferia); a expansão do setor terciário e da economia informal; a presença do número crescente de trabalhadores migratórios (árabes, africanos, italianos, portugueses que trabalham na França, Inglaterra ou Alemanha, por exemplo, ou mexicanos e haitianos, salvadorenhos e guatemaltecos, vietnameses, coreanos, chineses e outros que trabalham nos Estados Unidos); a melhoria das condições de vida de setores da classe trabalhadora às expensas de outros setores (brancos *versus* negros nos Estados Unidos, nacionais *versus* estrangeiros na Inglaterra, França ou Alemanha) e a conseqüente intensificação de conflitos étnicos, que tornam difícil promover a solidariedade de classe; a expansão dos setores informais (onde os trabalhadores não têm nem poderes nem direitos); o extraordinário aumento da participação das mulheres na força de trabalho (gerando conflitos no âmbito doméstico); o reaparecimento de sistemas de transferência (isolando os trabalhadores); a multiplicação dos trabalhadores temporários (o que torna cada vez mais difícil organizá-los de modos tradicionais); as transformações dos padrões residenciais, com o desaparecimento das vizinhanças de classes trabalhadoras (que tradicionalmente tinham sido centros de atividades da classe trabalhadora); mudanças nas formas de lazer (isolando os trabalhadores na frente da TV); o crescente impacto da mídia a serviço do Estado e de corporações de negócios; e, finalmente, a generalização de uma mentalidade consumista que intensifica a tensão entre privação e desejo, e enfatiza o individual à custa do social – tudo isso tem conduzido a uma redefinição da prática e da teoria. É no âmbito desse cenário extremamente complexo, que varia de uma sociedade à outra, que a nova história nasceu.

Após tudo isso, deve ser óbvio que a mera reprodução de interpretações tradicionais não dará conta dessa nova realidade. E, uma vez que o trabalho do historiador é sempre um diálogo entre o passado e o pre-

sente, não é surpreendente que modos tradicionais de olhar a história pareçam inadequados, e que o passado esteja sendo reescrito a partir de novas perspectivas. Neste sentido, 1968 foi realmente um divisor de águas. Mas a oposição sugerida pela propaganda com a qual iniciei este texto – “Maio de 68, nós refizemos o mundo. Maio de 86, nós refizemos a cozinha”, consumismo *versus* militância – pode ser mais aparente do que real, e é certamente reversível. Os acontecimentos recentes na Europa e a nova e recorrente crise no mundo capitalista, particularmente sentida na periferia, sugerem talvez que estejamos entrando num novo período histórico. O momento favorece uma síntese que evitará todas as formas de reducionismo e de reificação, seja econômico, cultural ou lingüístico, uma síntese que não perderá de vista a articulação entre a micro e macrofísica do poder, uma síntese que reconhecerá que a subjetividade humana é ao mesmo tempo constituída por e constituinte de realidades sociais, uma síntese que resultará tanto numa nova historiografia como em novas estratégias políticas.³¹

Esperemos que, no próximo século, os historiadores sejam capazes de juntar as peças neste campo entulhado de fragmentos, e, assim, criarem uma visão mais rica e menos caótica que possa auxiliá-los (e aos outros) a se liberar da camisa-de-força do narcisismo, a reinventar novas formas de solidariedade, e a encontrar novos caminhos para um mundo mais aberto e verdadeiramente democrático, onde todas as pessoas de gêneros, classes, etnias, religiões e nacionalidades diferentes se juntem para participar, em igualdade de condições, da riqueza do mundo.

NOTAS

1. Uma versão ligeiramente diferente deste trabalho foi apresentada como palestra inaugural na Sétima Conferência de Estudos do Trabalho, Atlanta, Geórgia, outubro 1991.
2. Citado por Clifford Geertz, *The Interpretation of Cultures* (New York, 1973), p.220.
3. *Radical History Review* n.37, 1987, p.29-93.
4. Isto é o que Jean e John Comaroff estão tentando fazer na antropologia. Veja por exemplo seu *Of Revelation and Revolution: Christianity and Consciousness in South Africa* (v.1, Chicago: 1991; v.2, Chicago: 1997)
5. Göran Therborn, *The Ideology of Power and the Power of Ideology* (London, 1980).
6. Hayden White, “The value of narrativity in the representation of reality, *Critical Inquiry* (Autumn 1980), p.6-27; “The structure of historical narrative,” *Clio* n.1 (1972) p.5-20, e “The historical text as literary artifact,” *Ibid.*, p.41-62.

7. Tentei esta síntese em *Crowns of Glory, Tears of Blood, e The Demerara Slave Rebellion of 1823* (New York, 1994).
8. Daniel James em "Meatpackers, peronists, and collective memory: A view from the South", observa que há uma nova tendência na academia "centrada na produção de textos sobre memória, comemoração e esquecimento". Ele assinala que "há alguma convergência entre a temática da academia e a cultura mais amplamente popular". *American Historical Review* (Dezembro 1997), 1404. Para os problemas referentes ao trabalho com a memória como fonte histórica, veja Daniel James, "Tales told out on tthe Borderlands: Dona Maria's Story, Oral History and Issues of Gender", e John D. French, "Oral History, Identity Formation and Working-class Mobilization" em John D. French e Daniel James eds., *The Gendered Worlds of Latin American Women Workers: From Household and Factory to the Union Hall and Ballot Box* (Durham, 1997), p.31-52 e p.297-313, respectivamente.
9. Steven Watts, "The Idiocy of American Studies: Poststructuralism, Language, and Politics in the Age of Self-Fulfillment", *American Quarterly* (dezembro, 1991), 652.
10. Para maiores detalhes ver Emilia Viotti da Costa, "Structures versus Experience: What do we gain What do me lose?" *International Labor and Working Class History*, n.36 (Fall, 1989), p.3-24.
11. Bryan Palmer, *Descent into Discourse: The Reification of Language and the Writing of Social history* (Philadelphia, 1990).
12. Veja R. Gray, "The Deconstruction jof the Working Class", *Social History*, p.11 (1986), e J. Foster, "The Declassing of Language", *New Left Review*, p.150 (1985).
13. Gareth Stedman-Jones, *Languages of Class: Studies in English Working-Class History, 1832-1982* (Cambridge, 1983).
14. Neville Kirk, "In Defence of Class: A critique of Recent Revisionist Writing upon the Nineteenth-Century English Working Class", *International Review of Social History*, n.37 (1987), p.2-47. Veja também P. A. Pickering, "Class without Words: Symbolic Communication in the Chartist Movement", *Past and Present*, p.112 (1986), e J. Epstein, "Rethinking the Categories of Working-Class history", em *Labour/Le Travail*, p.n.18 (1986).
15. *ILWICH* n.31 (Primavera 1987) p.1-14.
16. Veja as críticas de Joan Scott no mesmo número de *ILWHICH*.
17. Veja a resposta de Scott às críticas em *ILWHICH* n.32 (outono 1987), p.39-45.
18. Veja Palmer, *Descent into Discourse*.
19. Gayatri Chakorvaorty Spivak, em Cary Nelson e Lawrence Grossberg, eds. *Marxism and the Interpretation of Culture* (Chicago, 1988).
20. Veja, por exemplo, Ljynne jPhilips, "Rural Women in Latin America: Directions for Future Research", *Latin American Research Review*, v.25, n.3 (1990), p.89-108.
21. Jean-Paul Sartre, *Critique de la Raison Dialectique, précédé de Question de Méthode*, Tome I, *Théorie des Ensembles Pratiques* (Paris, 1960).

22. Esta é uma tradução livre.
23. Outro autor dos anos 50 e 60, cujo trabalho foi muito importante, é Roland Barthes, particularmente seu *Mythologies*.
24. No *Segundo sexo* ela argumentou que era “ao construir a mulher como ‘outro’ que os homens na cultura ocidental constituíram-se como sujeitos”. Frances E. Mascia-Lee, Patricia Sharpe e Colleen Ballerino Cohen, *The Post-Modernist Turn in Anthropology. Cautions from a Feminist Perspective*. *Signs*, v.15, n.11 (1989), p.7-33.
25. Comentando a experiência de sua geração nos anos 70, Florencia Mallon escreveu que “alguns carregavam (ao campo) o volume I do *Capital* sob seus braços, outros, Lendo o *Capital*. Numerosos eram os que viajavam em companhia de E.P. Thompson, E.J. Hobsbawn ou Antonio Gramsci”. Mallon, “Dialogues Among the Fragments. Retrospect and Prospect” em Frederick Cooper, et al. *Confronting Historical Paradigms. Peasants, Labor and the Capitalist World System in Africa and Latin America* (Madison, 1993), 372. Se continuarmos seguindo sua metáfora, diríamos que a geração atual foi a campo carregando Foucault e Derrida.
26. Ironicamente, apesar de suas diferenças, estes autores tendem a ser anti-humanistas e anti-históricos em sua abordagem. Veja Kate Soper, *Humanism and Anti-Humanism: Problems of Modern European Thought* (London, 1986).
27. ILWHICH (outono 197), p.46-58.
28. Melhorias similares foram observadas na Inglaterra nas duas décadas após a Segunda Guerra, conforme indicou James Cronin. James Cronin e Jonathan Schneer, eds., *Social Conflicts and Political Crisis in Modern Britain* (New Brunswick, 1982).
29. Alf Ludtke tenta estabelecer uma ponte entre o novo e o antigo em “The historiography da vida cotidiana: o pessoal e o político”, em Raphael Samuel e Gareth Stedman-Jones, eds., *Culture, Ideology, and Politics* (London, 1983), p.38-54.
30. “New Subjects, New Social Commitments: An Interview With Michelle Perrot by Laura Frader and Victoria de Grazia.” Esta entrevista foi realizada por de Grazia em Paris, em 20 de setembro de 1986. *Radical History Review* n.37 (1987), p.27-40.
31. Walter Adamson, “Leftist Transformations: A Clash between the Feasible and the Desirable”, *Radical History Review*, 37, n.31.